

# Mercadoria, Demanda Efetiva e Crise<sup>1</sup>

Commodity, Effective Demand and Crisis

---

**TIAGO CAMARINHA LOPES** | tiagocamarinhalopes@gmail.com  
Mestrando no Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Brasil.

**Recebimento do artigo** 30-nov-10 | **Aceite** 15-jun-11

**Resumo** A razão do espanto de economistas frente à ocorrência da crise econômica se deve ao fato de usarem modelos baseados na lei de Say. A admissão da lei em teoria inibe a consideração e o estudo da crise capitalista. Assim, quando ela ocorre na prática, a mídia é carregada de perguntas e explicações incongruentes, evidenciando que o modelo econômico teórico geralmente adotado não se adequa à realidade capitalista. Marx e Keynes, superando os limites da lei de Say, iniciaram a formulação da teoria da crise capitalista com métodos diferenciados, o que se expressa em diferentes níveis de explicação para o desequilíbrio. Este artigo argumenta que a teoria da crise capitalista pode ser buscada a partir da combinação do conceito da contradição da mercadoria com o princípio da demanda efetiva, e indica que o pensamento econômico de Keynes sintetiza a contradição entre plano e mercado.

**Palavras-Chave** crise, lei de Say, plano e mercado, história do pensamento econômico, economia e ideologia

**Abstract** The reason for the comprehension shock by economists caused by the economic crisis is due to the general use of model based on Say's law. Accepting the law in theory disables the consideration and the study of capitalist crisis. Therefore, when it occurs in practice, the media is loaded with questions and incongruous explanations, showing that the theoretical economic model mostly adopted does not fit capitalist reality. Marx and Keynes, trespassing the limits of say's law, initiated the formulation of the theory of capitalist crisis with different methods, what resulted in different levels of explanation for disequilibrium. This paper argues that the theory of capitalist crisis can be constructed through combination of the concepts of commodity contradiction and effective demand. It also indicates that the economic thought of Keynes synthesizes the contradiction between plan and market.

**Key-words** crisis, Say's law, plan and market, history of economic thought, economics and ideology

---

1 Agradeço aos professores Rogério Arthmar e Vanessa Petrelli Corrêa pelos comentários após a apresentação de uma primeira versão do artigo no III Encontro Internacional da AKB, em São Paulo em 2010, e pelos alertas dos pareceristas anônimos. Todo argumento do texto é de minha responsabilidade.

## Introdução

Apesar do tema “crise” ser central no estudo do capitalismo e de ele aparecer como desafio para o economista periodicamente, não existe uma estrutura teórica unificada que liquide o assunto. Seria, portanto, de se esperar que os economistas estivessem se dedicando à matéria. Mas, em entrevista no contexto dos movimentos do final dos anos 2000, o professor Delfim Netto lembrou que “Em novembro de 2008, a rainha [Elizabeth 2<sup>a</sup>, do Reino Unido] chegou à London School of Economics e disse: ‘A única coisa que eu quero saber é o seguinte: há um século os senhores estão aqui estudando. Como é que não previram essa crise?’” (NETTO, 2009).

Parafraseando Minsky (1982), “*It happened again*. Como pode ser que só depois que o crash acontece é que a atenção geral se volta à teoria da crise? A escola econômica tradicional ou do *mainstream* exclui sistematicamente o estudo de tal fenômeno, ignorando-o até o ponto em que a discrepância entre modelo e realidade se evidencia nos momentos de depressão repentina.<sup>2</sup> Por isso, não sem razão, a reputação dos economistas como cientistas entra em declínio após cada colapso econômico que não foi resultado de um desastre natural, gerando um estado de alarme e histeria.

A razão para tal alvoroço é a impossibilidade teórica das crises nestes modelos econômicos. Outra maneira de expressar essa idéia é reconhecer que aqui as crises só podem ser concebidas como eventos exógenos, estranhos ao sistema. Esses modelos tratam a mercadoria como algo produzido para satisfazer certa necessidade, ou seja, como um objeto cuja razão de ser é sua utilidade para o ser humano. Isso, que à primeira vista parece ser uma consideração bastante razoável, é na verdade um equívoco que está na raiz do problema sobre o porquê dos economistas não conseguirem explicar a crise de maneira inteligível. O problema reside no fato desse procedimento ser inadequado para a análise de uma economia capitalista. Considerar que a produção capitalista tem o objetivo de satisfazer as necessidades de consumo da sociedade é o erro fundamental que impede a teorização das crises econômicas que se repetem ano após ano.

---

2 A escola ou modelo tradicional se referem aqui aos modelos dentro da escola neoclássica, que se desenvolveram a partir dos trabalhos de Jevons ([1871] 1970), Menger ([1871] 1950) e Walras ([1874] 1954). Existe um componente dessa corrente que remonta à escola clássica e que pode ser pensado como a incorporação da validade da lei de Say na reprodução do sistema. Por isso, é possível considerar os modelos tradicionais em um sentido mais amplo, abrangendo tanto os modelos da escola neoclássica quanto os modelos da escola clássica no que se refere ao aceite da lei de Say.

Este método inapropriado permite o acato à lei de Say e elimina imediatamente a possibilidade da crise no modelo. A lei, que foi popularizada pelo economista francês Jean-Baptist Say, afirma que toda produção encontra necessariamente sua demanda, ou seja, que existe sempre a certeza de que as mercadorias produzidas podem ser vendidas no mercado, pois a renda para sua aquisição foi criada justamente pela própria produção destas mercadorias. Dessa maneira, oferta e demanda estão colocadas *a priori* como identidade, como dois lados inseparáveis de uma mesma moeda, permitindo um equilíbrio que, em teoria, e somente em teoria, é assegurado.

Neste modelo, portanto, a crise se torna uma impossibilidade teórica. Se a produção tem o objetivo de se tornar consumo, como está implícito na referida lei, a recessão não pode ser sequer concebida. Afinal, os bens estão lá, e as bocas também. Por que então a crise? As teorias tradicionais utilizadas pela maioria dos economistas hoje foram fortemente influenciadas por este modelo de Say e são incapazes de responder a essa pergunta de modo apropriado.<sup>3</sup> Portanto, quando o crash ocorre na prática, as teorias que se baseiam no equilíbrio geral perdem respaldo, como foi o caso após os eventos de 2008.

Um episódio semelhante aconteceu décadas atrás, quando da Crise de 1929. Naquela época, John Maynard Keynes ousou desafiar o *mainstream* e sintetizou todo esse alvoroço em forma de uma nova teoria que continha uma resposta prática para o problema da recessão. Ao publicar *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* em 1936, Keynes determinou de forma decisiva o debate em economia política praticamente até a ascensão do neoliberalismo no último quarto do século XX, e acabou por arrebatando quase todos os economistas como seguidores durante o período.

As consequências, daquela vez, foram um aumento da intervenção do Estado na economia e o declínio da teoria econômica tradicional. Hoje, de fato, tem-se da mesma maneira um avanço do controle estatal sobre o mercado, mas, no campo teórico, apenas esboços críticos sem direção. Por isso, o momento é oportuno para retomar elementos dispersos da heterodoxia em uma tentativa de enquadramento teórico mais rigoroso. Nesse esforço, a aproximação de economistas da tradição keynesiana e marxista é uma das tarefas fundamentais

---

3 Não existe consenso sobre as implicações diretas da lei de Say na literatura, devido ao significado distinto que a lei recebe dentro de cada vertente. A abordagem aqui segue a posição de LANGE (1942), que interpreta a lei como um mecanismo ideal que assegura a reprodução ininterrupta do sistema, ou seja, que assegura a ausência de crises. Para uma crítica da noção da lei como uma situação de equilíbrio, ver KATES (1997).

para a construção de uma ciência econômica relevante para os desafios do novo século, como destaca Freeman (2009) em sua defesa de uma ciência econômica pluralista.

O artigo atua sobre essa tarefa ampla apresentando quatro seções, além desta introdução. A primeira seção retoma o postulado dominante dos modelos de equilíbrio a partir da formulação original de Jean-Baptiste Say. A segunda seção expõe a abordagem de Marx, apresentando o conceito de mercadoria como sendo a teoria da possibilidade da crise capitalista. A abordagem de Keynes é colocada na seção seguinte, onde se demonstra a relevância do princípio da demanda efetiva em combinação com a lei psicológica fundamental. Essas três seções cobrem o primeiro objetivo do artigo. A quarta e última seção problematiza a postura filosófica e social que se pode extrair da teoria completa da crise capitalista e foca no posicionamento política de Keynes. Esta seção visa atingir o segundo o objetivo do artigo e abrir novos campos de debate.

Os dois objetivos deste artigo são, portanto: primeiro, mostrar de que forma específica Marx e Keynes refutam a lei de Say e, segundo, indicar quais são as implicações práticas dessa diferença.<sup>4</sup> Resumidamente, os resultados são os seguintes: primeiro, a combinação da contradição da mercadoria com o princípio da demanda efetiva permite identificar dois níveis diferentes de refuta da lei de Say. Segundo, o pensamento econômico de Keynes expressa a contradição entre liberalismo e planejamento que demarcou boa parte da história dos estados nacionais ocidentais no século XX, no contexto de conflito entre modos de produção antagônicos. Por isso, a solução proposta por Keynes para “salvar o capitalismo” é aquela que o modifica de modo tão fundamental, que o conceito de modo de produção e de transição deve futuramente se embrenhar nas discussões dos economistas fora da tradição marxista, devido à continuação da disputa política entre plano e mercado no século XXI.

---

4 SARDONI (1991) e KENWAY (1980) já tinham iniciado a procura por conexões entre Marx, Keynes, a lei de Say e a teoria da crise. Enquanto SARDONI (1991) dá ênfase às similaridades entre Marx e Keynes, argumentando que eles refutam a lei de Say basicamente da mesma maneira, KENWAY (1980), além de mencionar essa base comum, tenta apontar possíveis diferenças entre os dois pensadores. O intento do presente artigo é qualificar essas diferenças, ajudando assim a fechar lacunas desta linha de pesquisa. Por essa razão os pontos de comparação entre Marx e Keynes neste texto se restringem a esse aspecto específico partindo da lei de Say. Assim, demais pontos de contato devem ser tratados em outra ocasião.

## Lei de Say e crise

O pensamento econômico de Jean-Baptiste Say, apesar de ter sido encoberto pelas obras máximas da Economia Política Clássica de Adam Smith e David Ricardo, sobreviveu principalmente devido às suas formulações sobre a lei dos mercados. No capítulo XV do livro primeiro de *“Tratado de Economia Política”*, Say desenvolve mais diretamente o enunciado, abordando o funcionamento dos mercados. Este princípio, originalmente chamado de lei dos “*débouchés*” (“saídas”), ficou conhecido inicialmente em língua inglesa como “*Say’s Law of Markets*” e depois simplesmente como “*Say’s Law*” ou Lei de Say.<sup>5</sup>

Abrindo o mencionado capítulo, Say aponta que os empresários costumam dizer que “a dificuldade não é produzir, mas vender”, mas que eles não conhecem exatamente as causas que facilitam ou dificultam a desova de seus produtos no mercado. Percebe-se aqui a importância prática da realização do valor da mercadoria e seus percalços igualmente verdadeiros. No intento de clarificar o fenômeno da venda, Say aborda, ainda que periféricamente, o propósito da produção, e afirma que não é dinheiro de que se precisa, mas sim de outros produtos. O objetivo não é, portanto, valor, mas produto, valor de uso. A finalidade da mercadoria dinheiro fica assim restrita à função meio de troca e, por essa razão, a economia é em essência economia de troca, particularmente, troca de produtos e não de mercadorias. Ou como Say escreve, “terminadas as trocas, verifica-se sempre: produtos foram pagos com produtos” (SAY, [1803] 1983, p. 139).

Nesse contexto, a finalidade da produção social deve ser a satisfação das necessidades do homem através da produção de coisas úteis via divisão social do trabalho. Partindo desse pressuposto, como a produção é orientada ao consumo, todo produto encontrará sua demanda em um modelo fechado de equilíbrio. O enunciado da lei decorre desta construção simples, e pode ser considerada a partir deste ponto de vista, trivial. Como Say está focando na utilidade das coisas, ele está abstraindo da demanda por valor e dinheiro. Assim, ele transforma a reprodução do sistema em uma reprodução de objetos com propósito específico para as necessidades humanas. Esta é a base filosófica que sustenta a lei, e, dessa perspectiva, não se pode fazer qualquer acusação formal contra ela. Por quê? Admite-se que ela não projeta uma economia capitalista. O problema surge justamente no

---

5 Ver TAPINOS (1971). É importante lembrar que Say não pode ser creditado como o “inventor” do procedimento, mas sim o organizador e popularizador do modelo.

momento em que tal modelo é contraposto com a realidade: como as relações do capital determinam produção e distribuição no mundo real, existem desafios concretos ao princípio de que os bens foram produzidos para assegurar o consumo.

O que permite o acato à lei de Say é o tratamento da mercadoria como simples valor de uso. A lei se popularizou na expressão “a oferta cria sua própria demanda”,<sup>6</sup> o que implica que oferta e demanda formam uma unidade sem contradições. Se a produção tem o objetivo de se tornar consumo, como está implícito na referida lei, a recessão econômica em conjunto com produtos disponíveis não pode ser teorizada. Como explicar então a crise, um fenômeno real do cotidiano capitalista? As teorias tradicionais que dominam o campo da ciência econômica, acomodadas principalmente dentro da escola neoclássica, foram fortemente influenciadas por este modelo de Say, e são incapazes de responder de maneira fundamentada essa pergunta.

Curiosamente, o próprio Say reconhece o caráter ideal do modelo e não ignora os problemas reais que infringem a lei, dando sua explicação particular para o fenômeno da crise. O produto encontra necessariamente sua demanda,

Sendo assim, de onde vem – pergunta-se-á – essa quantidade de mercadorias que, em determinadas épocas, obstruem a circulação, sem poder encontrar compradores? Por que essas mercadorias não se compram umas às outras? Minha resposta é que mercadorias que não se vendem ou que se vendem com perda ultrapassam a soma das necessidades que delas se tem, seja porque foram produzidas em quantidades excessivas, seja porque outras produções decaíram. (SAY, [1803] 1983, p. 139)

A contraposição da lei com a realidade histórica, prática incomum nos círculos menos críticos e adeptos do *mainstream*, evitaria abandonar o mundo real e o estudo das crises. Como se vê, não é a formulação ideal da lei que causa o imbróglie teórico, mas sim a confusão entre modelo abstrato e fato.<sup>7</sup> Quando o crash ocorre na prática, as teorias que se baseiam no equilíbrio geral perdem respaldo,

---

6 A frase foi cunhada, segundo Robert Clower, por Keynes na Teoria Geral. Apesar de Keynes não ter indicado a fonte da expressão, CLOWER (2004) suspeita que ela era usada oralmente em Cambridge antes de 1936.

7 Existe uma abordagem iniciada por HERSCOVICI (2005) que faz uma analogia entre leis naturais e econômicas, onde a lógica da lei de Say é explicada a partir do princípio de conservação de energia. Sua exposição, no entanto, não foca nesta contradição entre modelo ideal e realidade ao qual remeto, mas sim na diferença de método entre a ortodoxia e heterodoxia em economia.

como foi o caso com a crise do final dos anos 2000. Os economistas que só admitem o dinheiro como meio de circulação mostram assim espanto e perplexidade diante do repentino pessimismo dos investidores: sua teoria não admite a possibilidade de tal caso “irracional”. Por quê? Tratar o dinheiro apenas como meio de circulação faz com que a riqueza abstrata nunca seja o objetivo, mas somente o meio para atingir o fim que passa a ser o consumo, o que é implicitamente admitido nos modelos tradicionais. Nessa hora, a contradição entre teoria e realidade é gritante, como os debates sobre a matéria evidenciam.

## Possibilidade formal da crise

Marx forneceu um método de estudo de Economia Política que teoriza a possibilidade da crise ao estabelecer a forma mais abstrata de sua causa: a separação entre valor de uso e valor. A primeira menção explícita às crises no *Capital* ocorre quando Marx discute a circulação de mercadorias. No processo de circulação simples do tipo M-D-M, o movimento do ponto de vista material é M-M, ou seja, troca de valor de uso por um valor de uso diferente. Contudo, este processo de troca está sendo intermediado por dinheiro, o que permite separar esse movimento no espaço e no tempo. Assim, de um lado tem-se M-D, e do outro D-M, de modo que o processo completo está agora separado. Esses dois conceitos complementares que surgem da troca intermediada pela mercadoria dinheiro, a compra e a venda, são dois opostos de uma unidade. Como Marx utiliza a dialética como instrumento de argumentação, a separação do inteiro em dois momentos distintos produz uma tensão que contém a possibilidade formal da crise. A idéia de que é essa separação que engendra a possibilidade da crise foi também desenvolvida por Marx nas *Teorias da Mais-Valia*. No *Capital*, Marx analisa primeiro a venda, depois a compra, para no final concluir que essa separação se reflete na antítese valor de uso e valor, e que isso encerra a possibilidade da crise ocorrer.

Primeiramente tem-se o pólo M-D, metamorfose da mercadoria em dinheiro ou venda. Essa é a transformação que ele chama de salto mortal da mercadoria. Significa que, caso a mercadoria não seja vendida, ou seja, não se transforme em dinheiro, ou ainda, não seja aceita como útil socialmente, seu possuidor não pode exercer esse valor de uso como valor de troca. Ou como Marx escreve: o possuidor da mercadoria é “depenado”. O produto que ele tem em mãos “não contém

valor”, apesar de ele ocasionalmente ser perfeitamente consumível. O objetivo do ato da venda é adquirir valor.

Do outro lado, temos D-M, metamorfose do dinheiro em mercadoria ou compra. Essa transformação, em oposição ao salto mortal da mercadoria, sempre pode ser realizada, porque o dinheiro, por ser o produto da alienação de todas outras mercadorias, sempre é substituível por mercadoria, qualitativamente. Dessa maneira, a mudança qualitativa de dinheiro para mercadoria é obrigatoriamente assegurada, mesmo porque o dinheiro, diferente de um valor de uso que precisa ainda da aprovação social no mercado, já passou por isso e é, portanto, necessariamente mercadoria. O dinheiro nunca é somente valor de uso. O objetivo do ato de compra, como exposto aqui, é adquirir valor de uso.

Dessa maneira, compra e venda acabam com as limitações do escambo permitindo a troca dos produtos do trabalho sem limites geográficos ou temporais. Mas, como os dois processos são pólos opostos de uma unidade, que se expressa também na oposição dos objetivos, essa liberdade, quando atinge certo grau, é dissolvida de forma violenta, no que Marx chama de crise. Em outras palavras: a incongruência do trabalho individual com o trabalho social se expressa na crise, que demanda um reajuste brusco da economia. Ou ainda: o processo de troca desenfreado encontra necessariamente o limite na igualdade entre compra e venda. Assim, se existe um desequilíbrio entre as duas partes que formam o movimento total da troca de mercadorias, ele irá se resolver numa transformação violenta que acaba sendo caracterizada como crise. Dessa forma, a antítese entre valor de uso e valor é aturdidamente resolvida. Agora, que ponto é esse onde a crise deve ocorrer? Quais são as condições que produzem a crise de fato? Marx silencia quanto essas questões, apenas indicando que, do ponto de vista da circulação simples de mercadorias, essas condições ainda não existem. O que ele aponta aqui é simplesmente que o duplo caráter da mercadoria, devido ao sentido social da produção basear-se no trabalho privado contém a possibilidade, e somente a possibilidade, das crises.

O argumento nas *Teorias da Mais-Valia* é muito semelhante, com a diferença de que aqui Marx faz referências explícitas aos equívocos dos economistas de então. A crítica geral é de que existe uma apologia implícita na consideração do capitalismo como produção simples de mercadorias e com o objetivo de satisfação das necessidades. Nas anotações da Parte II das *Teorias*, a lei de Say, por exemplo, toma uma posição central no desenvolvimento do conceito de “possibilidade de crise”. Conforme Marx argumenta, se a lei de Say fosse realidade, então a crise seria uma impossibilidade, porque a separação mencionada nunca está em con-

tradição com a unidade. Esta é, por acaso, a mesma linha de argumentação de Keynes na *Teoria Geral*, quando se refere à teoria clássica.

Os economistas que só admitem o dinheiro como meio de circulação acabam aceitando a lei e é por isso que diante da crise eles mostram espanto e perplexidade: sua teoria não admite sua possibilidade. Portanto, quando ela de fato acontece, existe uma busca por modelos com enfoque no desequilíbrio. Este é o momento geral em teoria econômica que também ressuscitou Keynes no final da primeira década do século XXI. Ainda assim, a crítica à lei de Say não afeta o “modelo sobre o qual se baseia”. Por quê? Como argumentado, o modelo pode ser entendido como idealização do sistema. Isso significa que a lei se sustenta em pressupostos que não se encontram na realidade, e por isso não pode ser refutada no plano teórico. Neste caso, o pressuposto fundamental é que o objetivo final da produção social é o consumo, enquanto na realidade, o modo de produção do capital tem como meta a valorização de valor.

A dificuldade de se refutar a lei de Say em teoria se expressa justamente na dificuldade de determinar a teoria geral de decisão de investimento e de determinar as causas concretas da inversão da fase de boom para de depressão. Por isso, *a refuta da lei de Say é feita empiricamente toda vez que o processo de reprodução do capital entrava*.<sup>8</sup> O esforço se concentra por essa razão em teorizar este acontecimento sem abandonar o modo pelo qual a reprodução material acontece sob o modo de produção capitalista. Na organização social sob o capital não se trata de substituir a mesma quantidade de valores de uso existente na sociedade ou ainda na substituição proporcional em uma escala ampliada. Esse ajuste da estrutura produtiva de valores de uso, na verdade, acontece no capitalismo apenas “aos trancos”, por meio das crises.

Assim, Marx chama a crise de “manifestação de todas as contradições da economia burguesa” que se expressa de forma latente nas frases apologéticas usadas para negar sua existência, mas que acabam provando justamente o oposto do que pretendiam. É nesse sentido que as perplexidades dos economistas ortodoxos frente à crise contextualizam Marx quando ele escreve que “O desejo de se con-

---

8 Essa posição se difere da de POSSAS (1987), que parece acreditar que a questão da existência ou não do equilíbrio é uma disputa em teoria. Aqui, o argumento é diferente: não se trata de opor um modelo de equilíbrio contra um modelo de desequilíbrio, pois a relação entre os conceitos é dialética, e, portanto, *todo modelo contém ambos os elementos*. Como responder se um trapezista em uma corda bamba está em equilíbrio ou desequilíbrio? A disputa sobre se o sistema é equilibrado ou desequilibrado, estável ou instável, etc., é um debate vazio, pois os dois opostos são as partes que compõem a unidade.

vencer da não-existência de contradições é, ao mesmo tempo, a expressão de um desejo pio de que as contradições, que estão realmente presentes, **não deveriam existir**” (MARX, 1863, p. 717, tradução minha). Ou quando o próprio Keynes reformula tal dito ao afirmar que “Pode muito bem ser que a teoria clássica represente o caminho que a nossa economia, segundo nosso desejo, deveria seguir, mas supor que na realidade ela assim se comporta é presumir que todas as dificuldades estejam removidas”. (KEYNES, [1936] 1992, p. 44)

Dessa maneira, os modelos tradicionais que tem a pretensão de descrever a economia real, tratam de um mecanismo voltado para a produção de bens que satisfaçam as necessidades, o que não acontece na realidade. Por isso, a contradição fundamental da mercadoria é a forma mais abstrata da causa da crise.

Marx ainda tenta avançar afirmando que a próxima forma mais concreta da crise é a função do dinheiro como meio de pagamento, mas ele mesmo admite que essa segunda forma ainda está colocada de maneira muito abstrata. É então aqui que a pergunta nuclear surge: já que Marx só mostra a possibilidade formal da crise, quais são os fatores concretos que explicam sua ocorrência real? Ou como o próprio autor formula nas *Teorias da Mais-Valia*: se alguém perguntar qual é a sua causa (da crise), está se querendo saber por que sua forma abstrata (possibilidade geral) se torna realidade. Como se vê, Marx mostra que o fenômeno da crise, um dado fato da realidade, pode ser teorizado a partir da separação entre valor de uso e valor, mas não deixa claro que parâmetros reais condicionam a existência do crash. Ou seja, a própria teoria de Marx exposta no *Capital*, que pretende “descobrir a lei econômica do movimento da sociedade moderna”, não explica porque, na prática, a crise acontece. Esse provavelmente é o motivo da longa discussão dentro do marxismo ao longo do século XX sobre a relação do colapso do capitalismo com as crises econômicas e sua causa real.

Tal debate foi resumido por Mazzucchelli (1983) e, sucintamente, pode-se afirmar que a controvérsia tem duas posições relativamente claras: de um lado autores que sustentam a tese de que o capitalismo tem um limite objetivo e de outro, aqueles que indicam que não há uma quebra econômica automática geral. O primeiro argumento é o do “colapso inevitável” do sistema devido às suas próprias contradições. Os principais representantes dessa interpretação são Kautsky e Rosa Luxemburgo, da ala marxista ortodoxa. Do outro lado estão os autores que argumentam que não existe um limite definitivo para o capitalismo na forma de crise econômica. Essa linha de resposta partiu de Bernstein, Tugán-Baranovski e Hilferding.

A tese do “colapso automático”, que dominou por muito tempo os círculos marxistas mais ortodoxos não pode, de acordo com o estado da pesquisa atual, ser deduzida da teoria de Marx. Os próprios argumentos variados trazidos pelos ortodoxos para “provar a derrocada inevitável” do sistema dão indícios da fragilidade da tese. O subconsumo, o problema da realização da mais-valia, as desproporções entre os setores, a famigerada “lei da tendência da queda da taxa de lucro”, o aumento do capital constante frente ao variável e até a tese de que os “salários ameaçam os lucros” formam o mosaico do debate e evidenciam a necessidade de uma explicação adequada que cubra todos esses argumentos. Em outras palavras, todas essas explicações são apenas reflexos isolados do movimento e por isso não podem explicar porque a forma abstrata da crise se torna realidade. Para superar essa dificuldade, é preciso avançar a teoria de decisão de investimento, desvendando possíveis parâmetros concretos que expliquem a inversão. É aqui que o princípio da demanda efetiva difundido por Keynes (1936) entra em cena.

## O princípio da demanda efetiva e a necessidade da crise

No capítulo três da *Teoria Geral*, Keynes formula o princípio da demanda efetiva, estabelecendo que ela é o resultado do encontro das funções de demanda agregada e oferta agregada.<sup>9</sup> Na doutrina clássica, lembra o autor, existe uma hipótese especial sobre a relação entre essas duas funções. Essa hipótese estabelece que “a demanda efetiva, em vez de ter um único valor de equilíbrio, comporta uma série infinita de valores todos igualmente admissíveis (...)”. Esse é o resultado da lei de Say, “que equivale à proposição de que não há obstáculo para o pleno emprego”. Como a realidade observada por Keynes não suporta tal proposição, “falta ainda escrever um capítulo da teoria econômica, cuja importância é decisiva (...)” (KEYNES, [1936] 1992, p. 39). Como se vê, essa formulação é equivalente ao problema apontado por Marx: como desenvolver em teoria conceitos mais concretos que se afastem da lei de Say e expliquem a realidade da crise?

---

9 A apresentação do princípio segue a exposição de Keynes e não de Kalecki, pois o objetivo aqui é comparar Keynes diretamente com Marx.

Na análise keynesiana, um nível muito baixo de demanda efetiva é apontado como explicação para os momentos de depressão. O que isso significa e por que a demanda efetiva não seria naturalmente suficiente para assegurar o pleno emprego? Para responder essa pergunta, é preciso abordar o princípio sob dois aspectos: o qualitativo e o quantitativo.

Ainda que Keynes não tenha feito essa distinção de forma explícita, é possível identificar essa aproximação em sua teoria. Primeiramente, Keynes desenvolve o princípio da demanda efetiva destacando que nada garante o equilíbrio em pleno emprego do qual a economia clássica fala. Essa é a linha de argumentação pós-keynesiana. Aqui, diferente da lei de Say, não há certeza de que os níveis de oferta e demanda vão ser os mesmos. Desse modo, está admitido que a depressão ou crise pode acontecer, ou seja, elas não estão excluídas da teoria.<sup>10</sup>

Outra maneira de explicitar o aspecto qualitativo do princípio da demanda efetiva é discursar sobre o prêmio de liquidez da moeda, que relaciona a lógica de comparação entre efetuar a compra de um ativo qualquer ou manter a posse do ativo mais líquido. Nessa perspectiva, a crise ou depressão seria um momento em que as taxas de retorno esperadas são insuficientes para encorajar o possuidor de moeda a realizar investimentos. Aqui, também, o conceito de incerteza é central, no entanto, da mesma forma, isso não explica por qual razão existe necessariamente uma tendência à fuga pela liquidez<sup>11</sup>.

A formulação qualitativa do princípio da demanda efetiva não explica a inversão do movimento do ciclo econômico e equivale ao mesmo nível de solução em que Marx se encontra: a crise pode acontecer. É por esse motivo que, na escola pós-keynesiana a inversão é determinada por um elemento subjetivo dos participantes do mercado que remonta às suas expectativas. Keynes reconhece que existe a possibilidade da demanda efetiva ser inferior a oferta, no entanto, a questão essencial que chama sua atenção é outra: por que esse caso parece ser a regra?

De acordo com o presente estudo, o aspecto quantitativo é aquele que Keynes deu maior atenção na *Teoria Geral*. A pergunta fundamental é: por que, em geral, a demanda efetiva fica em um nível abaixo daquele que empregaria todos os recursos disponíveis? Atente ao fato de esta pergunta ser equivalente àquela

---

10 Isso não significa que o estado de depressão ou crise seja de desequilíbrio. Sobre essa questão ver Keynes (1937) e a discussão acerca em Kregel (1976), Possas (1986) e Vercelli (1991).

11 Para apresentações nessa perspectiva, ver Carvalho (1992), Ferrari Filho (1991) e Oreiro (1999).

indicada por Marx: o que é que faz a possibilidade da crise se tornar realidade? É essa indagação em específico que atrai a atenção de Keynes (1936).

Para responder essa pergunta, Keynes estabelece que existe uma “psicologia da comunidade” que evita que o consumo cresça na mesma proporção que a renda e a relaciona com a dinâmica da decisão de investir. Isso é feito no livro II da *Teoria Geral*, quando trata da propensão a consumir. O princípio da demanda efetiva havia estabelecido que, para um certo volume de emprego da força de trabalho, é necessário um certo nível de investimento. Assim, se este volume de investimento não atinge esse nível, a economia só emprega uma parte dos trabalhadores disponíveis. Essa situação é revelada nos momentos de depressão econômica, que pode ser também descrita como uma situação de equilíbrio. Consequentemente, o nível de emprego depende do nível de investimento e um estado equilibrado com desemprego se torna possível.

Agora, tudo estaria bem se a cada novo período de reprodução o nível de investimento crescesse de tal forma a garantir o equilíbrio em um nível alto de emprego. O problema é que a “psicologia da comunidade” cria dificuldades para a realização dessa forma ideal de reprodução do sistema. O mecanismo para o qual Keynes chama atenção é o seguinte: existem dois componentes de uso do produto ou da renda, o consumo e o investimento. O destino do produto, se para consumo ou investimento, depende dessa “psicologia característica da comunidade”. O argumento fundamental de Keynes é que, conforme a riqueza disponível da sociedade aumenta, o consumo também aumenta, mas em uma proporção menor que esse aumento da renda total. Na teoria clássica, aquelas condições especiais que definiam a lei de Say garantiam que o aumento da riqueza tivesse uma contrapartida de aumento automático dos investimentos de maneira a fechar a lacuna criada entre a renda disponível e seu uso. O que Keynes ressalta é que nada garante que esse aumento dos investimentos ocorra de modo a manter o nível atual de emprego. Por essa razão, a política econômica do Estado deveria agir no sentido de possibilitar o aumento dos investimentos que vão cobrindo assim a insuficiência de demanda gerada pela propensão a consumir conforme a riqueza aumenta.

A lei psicológica fundamental não é geralmente vista como um componente importante da *Teoria Geral*, mas ela é muito útil para argumentar que existe uma tendência intrínseca ao sistema de não convergir para o pleno emprego, caso os investimentos não sejam elevados por mecanismos extra-mercado. O próprio Keynes enfatiza a função da lei ao afirmar que “a chave do nosso problema prático encontra-se nesta lei psicológica” (KEYNES ([1936] 1992, p. 41) e que “(...) a esta-

bilidade do sistema econômico depende essencialmente da predominância desta regra na prática” (KEYNES ([1936] 1992, p. 89). Essa idéia é ainda recuperada por Keynes no capítulo 18 da *Teoria Geral*, onde ele reafirma a importância da lei psicológica fundamental como explicação para realidade capitalista.

Dessa maneira, existe um problema enraizado em tal “psicologia” que impede que a demanda efetiva seja continuamente suficiente para evitar a recessão. Contudo, esse componente não é suficiente para explicar a conversão da possibilidade da crise em ocorrência real. Para tanto, é preciso relacioná-lo com a decisão de investir. Keynes argumenta que as decisões de investimento são feitas com base nas expectativas sobre o consumo da sociedade, o que equivale à realização do capital investido. Mas, como o consumo não cresce na mesma proporção que a renda, conforme a riqueza da sociedade aumenta, os níveis de investimento vão deixar de empregar montantes crescentes de recursos. Isso se expressa na forma de depressão ou crise, ou naquilo que Keynes chama de coexistência entre riqueza e pobreza, capturada na contradição entre trabalhadores desempregados e uma disposição de riqueza total da sociedade que fica concentrada nas mãos de uma minoria. Nesse sentido, Keynes escolhe a “lei psicológica fundamental” em combinação com a decisão de investir como função das expectativas de consumo para ser a causa mais concreta da depressão econômica.<sup>12</sup> Por isso, é uma maneira específica de dizer que a crise vai necessariamente acontecer, se as políticas públicas não agirem para puxar a demanda efetiva para frente. É daí que se deriva o resultado prático de intervenção estatal como forma de evitar a recessão e os ciclos em geral.<sup>13</sup>

Na última parte do capítulo três da *Teoria Geral*, Keynes relembra rapidamente o desenvolvimento do problema da demanda efetiva na história do pensamento econômico desde o debate entre Ricardo e Malthus. Ele escreve que, como

---

12 A “lei psicológica fundamental” sozinha não pode ser a causa mais concreta da crise, pois, além de explicitar a lógica do consumo na demanda agregada, é preciso determinar qual é a dinâmica dos investimentos. Por isso, no modelo clássico, era possível admitir uma propensão marginal a consumir menor que um, desde que se fizesse a suposição de que os investimentos aumentariam de modo a manter o sistema empregando o mesmo nível de recursos. Outra forma de dizer isso é perceber que no modelo tradicional o investimento se ajusta automaticamente para qualquer mudança da estrutura da demanda agregada a fim de manter o nível de emprego do qual se parte.

13 A interpretação da propensão marginal a consumir apresentada aqui pode ser diferente das interpretações de outras vertentes da escola keynesiana. O argumento aqui é que Keynes, além de refutar a lei de Say como Marx faz, ou seja, além de admitir que a crise pode acontecer, tem a pretensão de explicar porque existe uma tendência intrínseca à crise, ou seja, porque a crise deve necessariamente ocorrer no estado de *laissez-faire*. A forma que ele adota para tornar a crise endógena é pelo uso da noção da propensão marginal a consumir da sociedade ser menor que a unidade e de *atrelar a decisão de investir às expectativas sobre o consumo*.

Malthus não conseguiu expressar bem tal problema, a questão caiu em esquecimento na literatura econômica. Só com a nítida incompatibilidade da teoria com a realidade (provavelmente se referindo à crise de 1929), é que a economia ortodoxa evidenciou ter algo de muito errado. Nesse ponto, Keynes se apresenta então como um crítico desta ortodoxia fornecendo uma teoria capaz de explicar a depressão econômica. Foi esse diferencial que continha um avanço científico prático verdadeiro que deu impulso mundial à sua obra e à fundação da macroeconomia em geral.

Keynes, de fato, pula toda a discussão da possibilidade formal da crise, ou seja, a distinção entre mercadoria e produto realizada por Marx, quando formula o princípio da demanda efetiva e se lança imediatamente à procura dos elementos que tornam a “possibilidade em realidade”. Por isso, enquanto Marx se concentra na forma mais abstrata de contradição, na mercadoria, Keynes passa imediatamente a procurar elementos concretos que expliquem a crise real. Consequentemente, eles refutam a lei de Say em planos de abstração diferentes.

A ligação entre esses níveis diferentes é a linha de pesquisa que procura formular a teoria definitiva da crise capitalista. A praticidade dessa pesquisa é vasta para o campo de política econômica. Keynes, desenvolvendo o lado quantitativo do princípio da demanda efetiva, deu continuidade a um problema que, como ele mesmo reconhece, já havia sido tratado por Karl Marx “nos subterrâneos do mundo”. Combinar a contradição básica da mercadoria com o princípio da demanda efetiva é uma maneira de teorizar a crise capitalista de maneira mais abrangente. É dessa forma que se estende sua compreensão a níveis diferentes de abstração, sendo que em Marx tem-se a formulação mais elementar da crise, enquanto em Keynes, uma explicação mais próxima da concretude.

## O pensamento econômico de Keynes: ambiguidade, contradição, crise

A partir dessa diferença em relação a refuta da lei de Say, quais são as recomendações políticas que cada autor faz? Sabe-se que Karl Marx tem um posicionamento político em sua obra bastante claro. A solução derradeira para o fenômeno da crise seria a substituição do modo de organização da produção via capital por uma disposição alternativa. Já Keynes, como também se cogita, acredita que a solução para a crise não colocaria em comprometimento o funcionamento

do capital. O pensamento social de Keynes, apesar de relativamente conhecido do meio especializado, não é tão explícito e difundido como o de Marx. Por isso, é do interesse coletivo apontar seu posicionamento prático em relação à crise do capitalismo.

Devido ao fato de John Maynard Keynes ter uma filosofia claramente liberal e, ao mesmo tempo, admitir a necessidade do controle estatal sobre a economia de mercado, seria possível pensar que ele possui uma visão ambígua sobre o capitalismo. Uma análise atenta de seu pensamento mostra que esta situação surge da combinação de elementos contraditórios que são o direcionamento econômico social e a liberdade econômica individual. O pensamento de Keynes confunde porque apesar de ser partidário da livre iniciativa econômica, ele não vislumbra outra alternativa para o futuro a não ser o aumento do controle da economia. O encontro do liberalismo com o intervencionismo em Keynes reflete os fatos reais do capitalismo da primeira metade do século XX, que despontava estar em uma fase de transição. Por isso, as ambiguidades no pensamento do autor são reflexos da própria realidade contraditória econômica em sua transição do capitalismo de *laissez-faire* para um modo de produção coordenado. Essa é a tese de Dillard, que devido aos fatos históricos, precisa ser ligeiramente revisada devido ao fim do controle no bloco capitalista.<sup>14</sup>

Como o professor FIORI (2009) aponta, a era neoliberal inaugurada por Margaret Thatcher em 1979 revelou que a suposta transição não se afirmou, ou seja, não houve uma passagem do modo de produção capitalista para um modo de produção coordenado. O retorno das idéias de controle estatal sobre mercados, após anos de neoliberalismo, anunciado pela imprensa internacional devido à crise de 2008, mostra então que as políticas econômicas da escola neoclássica e keynesiana não são excludentes afinal, de modo que elas podem se revezar para manter o sistema capitalista.<sup>15</sup>

---

14 Ver DILLARD (1946) e (1957). Ainda assim, a contradição do pensamento econômico de Keynes persistirá enquanto houver disputa entre planejamento e mercado. A revisão é, portanto, no sentido de aperfeiçoamento e contextualização, o que acarretará no fortalecimento do cerne da tese. Para uma apresentação do pensamento econômico de Keynes que também enfatiza a contradição do ideário liberal no século XX, ver FONSECA (2010).

15 Pode-se, corretamente, argumentar que keynesianos e neoclássicos não podem ser postos "do mesmo lado da trincheira", ou seja, que as respectivas propostas de política econômica não são compatíveis. Mas o fato dos Estados adotarem políticas keynesianas e liberalizantes ao sabor das circunstâncias indica que o Estado capitalista utiliza as duas correntes de acordo com seus interesses. Isso significa que, mesmo que os teóricos destas escolas não concordem entre si, existe um elemento em comum em suas proposições que se relaciona com a estratégia geral de manutenção das relações de produção do capital. Isso explica porque os *policy makers* são "todos keynesianos ou liberais" de acordo com as condi-

Como resumir a postura política geral de Keynes? Primeiramente, a partir da *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, é possível reconhecer apenas aspectos técnicos de relações de dependência entre as variáveis econômicas e em segundo lugar, o que autor atribui como sendo problemático no sistema capitalista. Para Keynes,

Os dois principais defeitos da sociedade econômica em que vivemos são a incapacidade para proporcionar o pleno emprego e a sua arbitrária e desigual distribuição da riqueza e das rendas. (KEYNES, [1936] 1992, p. 284)

Assim, sabemos que para o autor, o desemprego está vinculado com o sistema econômico que ele vivencia. Além disso, parece que as mazelas do capitalismo são possíveis de eliminar sem que seja necessária a emergência de uma ordem social diferente. Esse é o fator que colocaria Keynes de um lado e Schumpeter (1942) e Marx de outro. Mas, como na *Teoria Geral* não está diretamente exposta a idéia que o autor tem sobre o capitalismo, é preciso recorrer a outros de seus escritos para uma descrição mais adequada.

Em 1919, Keynes publicou *As Consequências Econômicas da Paz*, onde expôs as razões de sua objeção ao Tratado de Versailles. No capítulo 2, em oposição à *Teoria Geral*, a argumentação sobre o funcionamento do sistema econômico capitalista é bastante intuitiva, e assim sua posição filosófica em relação ao capital fica mais clara. Aqui o autor resume sua interpretação sobre o desenvolvimento histórico do capitalismo em sua transição do século XIX para o século XX citando elementos equilibradores que após 1914 não mais existem. Um desses fatores é o que ele chama de “psicologia social”, a base instável sobre a qual o crescimento econômico se sustentava e que Keynes atribui a um equívoco mútuo entre a classe dos capitalistas e dos trabalhadores. Enquanto os primeiros, tendo baixa disposição para consumir, tinham o controle de boa parte do aumento da renda, os segundos aceitavam por ignorância ou eram obrigados a não aproveitar o crescente montante produzido. Essa desigualdade foi o que possibilitou aquilo que ele chama de “época feliz” em primeiro lugar.

---

ções do momento. Em outras palavras: os elaboradores de políticas econômicas, quando querem medidas liberalizantes se apóiam nos modelos neoclássicos, quando querem medidas de intervenção e controle, se apóiam nas propostas ditas keynesianas. Outra maneira de captar a idéia aqui defendida e que foi posta à frente por FIORI (2009) é compreender que, enquanto Keynes e a escola neoclássica divergem em teoria, estão do mesmo lado prático-político quando se trata de defender as relações sociais de produção do capital.

O que se vê aqui é uma apreciação de Keynes por um período do capitalismo que ele afirma ter terminado, evidenciando um saudosismo típico do meio liberal. Portanto, no século XIX, a organização social era tal que a máxima acumulação de capital era proporcionada. Assim, os capitalistas, ao invés de consumirem, investiam de tal modo que “o crescimento do bolo era objeto de uma atitude verdadeiramente religiosa” e que o consumo era na prática “muito pouco” (KEYNES [1919] 2002, p. 12). A acumulação de riqueza possibilitada por isso era para Keynes a principal justificativa do capitalismo. Apesar de não ter propósito, ou seja, apesar de a virtude do bolo estar justamente no fato de não ser consumido nunca, Keynes acredita que a sociedade, inconscientemente, sabia o que estava fazendo: progredindo de forma a superar a previsão catastrófica de Malthus.

Esse argumento otimista é detalhadamente exposto no texto *Economic Possibilities for Our Grandchildren*. Nesse tratado, o tema principal é o futuro, e Keynes esboça uma trajetória positiva da humanidade na superação do problema econômico: a acumulação capitalista irá permitir a passagem de uma fase, onde o principal desafio da civilização era satisfazer suas necessidades para uma, onde a liberdade proporcionada pelo aumento da produtividade deverá ser o centro da vida social. Dessa maneira, a lógica do “amor ao dinheiro” irá desaparecer gradativamente com o retorno da condenação moral da valorização pela valorização. A visão de Keynes sobre o capitalismo aqui se assemelha com a contraposição que Aristóteles faz entre economia e crematística: existe uma repulsa ética sobre a “arte de fazer dinheiro”. Contudo, Keynes admite que as injustiças são muito úteis para a acumulação, e por isso “Avarice and usury and precaution must be our gods for a little longer still. For only they can lead us out of the tunnel of economic necessity into daylight”. (KEYNES, [1930] 1972, p. 331)

Como a lógica social no futuro (o autor está pensando em um prazo de um século à frente) não será a valorização de valor, é possível reconhecer que Keynes vislumbra de fato uma ordem social diferente da capitalista. Esse é o fator diferencial deste artigo revelador. A velocidade com que essa transformação ocorrerá depende, segundo o autor, de alguns fatores, dentre eles, a taxa de acumulação fixada pela relação entre consumo e investimento. Visto que o direcionamento consciente deste elemento é característico do planejamento econômico, poderíamos afirmar que Keynes refuta os ideais liberais que regeram nos anos dourados do capitalismo?

O liberalismo de Keynes precisa, na verdade, ser delineado com mais rigor, pois ele não se sustenta mais no *laissez-faire*. Essa ruptura é claramente expressa

em *The End of Laissez-Faire*, quando Keynes se opõe ao conceito da mão invisível quando afirma que “o mundo não é governado de tal maneira que os interesses privados e sociais sempre coincidam”. Ao final deste texto, há um curto esboço sobre a filosofia do novo liberalismo, que expressa mais uma vez a visão de Keynes sobre o capitalismo “sob-controle”. Escreve o autor: “For my part I think that capitalism, wisely managed, can probably be made more efficient for attaining economic ends than any alternative system yet in sight, but that it in itself is in many ways extremely objectionable”. (KEYNES, 1926)

Por isso, para Keynes, é necessário julgar o capitalismo sob aspectos diferentes: por um lado sob o ponto de vista da eficiência econômica e por outro lado sob um ponto de vista que podemos chamar de “moral”. Keynes resume então que a tarefa seria justamente a de desenvolver um sistema econômico que fosse ao mesmo eficiente e que não estivesse em contradição com sentimento do que é “correto”. Ou seja, o objetivo seria unir o lado progressivo do capitalismo com os anseios éticos do que seria um estilo de vida satisfatório. Keynes, apesar de expressar de forma tão nítida a incongruência social do modo de produção capitalista, não reduz essa contradição ao conflito entre burguesia e proletariado. Ao invés disso, mantém em sua mente a contradição, que dessa maneira, só pode ser resolvida com a mudança da “moral” prevalecente.

A filosofia política de Keynes não deixa dúvidas de que ele falha em estabelecer a identidade entre as contradições éticas produzidas pela base (e que se evidenciam na superestrutura) com a luta de classes, como evidencia o artigo *Am I a Liberal?* Escrito por Keynes em 1925 para a ocasião de um encontro de simpatizantes do liberalismo em Cambridge, ele revela suas posições políticas em relação aos programas e aos partidos de sua época. O que mais chama a atenção nesse artigo é o argumento de que são as idéias intelectuais que tem a capacidade de conduzir a sociedade rumo ao futuro e ao progresso. Assim, Keynes rejeita o *Labour Party*, primeiramente por ser um partido de classe que não a dele, mas principalmente porque os elementos intelectuais deste partido não exercem um controle adequado. As decisões seriam tomadas por pessoas “que não sabem do que estão tratando”, e é assim que Keynes inverte a lógica de que os partidos são reflexos dos interesses das classes sociais, argumentando que o raciocínio é o critério para a tomada de posição política.

Neste sentido, o fato de o *Labour Party* ser um partido de classe consiste um problema para que ele desenvolva simpatia, mas a principal razão para o posicionamento partidário quer Keynes que seja um aspecto objetivo desvinculado

dos interesses políticos. Para Keynes, portanto, a reflexão do indivíduo sobre a sociedade pode estar abstraída de seus próprios interesses. Isso bastaria para a confirmação do racionalismo excessivo de Keynes em busca de uma verdade pura não influenciada pelos conflitos sociais que a permeiam. Mas o próprio autor não esconde seu racionalismo puro ao pronunciar que acha possível existir um partido desvinculado dos interesses de classe.

Belluzzo (2008) comenta a visão de Keynes exposta no artigo *Perspectivas Econômicas para nossos Netos* e afirma que Keynes acreditava em uma “cura” para os males do capitalismo que deveria ser buscada pela sociedade através de mecanismos de controle. De modo geral, Keynes estaria em oposição ao liberalismo por não crer que a lógica dos livres mercados produza de fato as invocadas virtudes sociais. Sua obra teórica situa-se por isso em posição contrária aos modelos de equilíbrio geral. Dessa maneira, para Keynes, a reprodução das economias descentralizadas não está garantida pelo puro e simples mecanismo do mercado. Portanto, Keynes não tem a visão de que o capitalismo, por si só, possa produzir resultados socialmente satisfatórios. Esse caráter “crítico” ao conceito de que o capitalismo é auto-regulador é apontado por economistas da tradição marxista como a idéia fundamental da *Teoria Geral*. Por isso, existe um certo suporte da teoria de Keynes por parte da escola marxista quando se trata de desmontar os mitos da tradição neoclássica. Ainda assim, não se pode desvinculá-lo completamente da tradição liberal.

Klein (1951) aponta que um aspecto importante do liberalismo de Keynes era que ele era mais realístico e não purista. Plumptre (1947), por sua vez, resume essa contradição ao lembrar que apesar de ser tido como um patrocinador do controle estatal e defensor do “New Deal”, Keynes foi um dos maiores liberais do seu tempo. Para Plumptre, ele tentou desenvolver um aparato para que o mínimo controle governamental permitisse a livre iniciativa. Por isso, para Keynes o fim do *laissez-faire* não era necessariamente o começo do comunismo. A individualidade e liberdade econômica nos moldes burgueses parecem ser, portanto, os objetivos finais de Keynes, enquanto a intervenção estatal é somente um meio de garantir esse fim. É seguindo essa interpretação que Lambert (1963) considera Keynes não apenas um membro da escola neoliberal, mas de fato, o próprio fundador desta.

Já Skidelsky (2010) reconhece que, apesar de existirem pontos de comunicação entre as teorias de Marx e Keynes, os autores se diferenciam fundamentalmente quanto às forças políticas que os sustentam. Enquanto em Marx, o movimento revolucionário atua como base para as propostas políticas que podem ser derivadas de suas teorias, em Keynes, a via reformista incorpora e abraça todo

aparato desenvolvido na *Teoria Geral* como mecanismo de intervenção e de orientação política.

O professor Delfim Netto (2009) aponta de forma semelhante que existem paralelos entre Keynes e Marx. Um deles é que “a conclusão da obra de ambos não deixa de ser paradoxal e frustrante.” Enquanto Marx oferece material para o estudo do capitalismo e nenhuma diretriz concreta sobre como construir a sociedade socialista, Keynes, ao elaborar uma teoria para salvar o capitalismo, “terminou com uma receita (...) que não conseguiu explicar como realizar sem levar a alguma forma de socialismo...”. O que o professor Delfim Netto parece estar afirmando é que a maneira encontrada por Keynes para salvar o capitalismo é justamente aquela que irá acabar com ele.<sup>16</sup> Essa contradição, que para o economista parece inexplicável, nada mais é do que a expressão de sua vontade política de manter o modo de produção capitalista em uma economia planificada.

Isso significa que é impossível “curar os males” do capitalismo sem criar uma nova organização social. Assim, as diretrizes técnicas oferecidas por Keynes podem contribuir para a construção do planejamento econômico que substituirá o modo de produção capitalista, mesmo que o autor não esteja dentro da tradição política favorável ao socialismo. Por isso, mesmo declarando-se fiel à classe a qual pertence, as reivindicações de Keynes podem se apresentar no futuro como um “tiro que saiu pela culatra”. Então, ainda que o novo sistema vislumbrado por Keynes seja chamado de capitalismo, ele é necessariamente diferente da forma anteriormente existente de produção social. Contudo, essa questão só pode ser melhor compreendida quando a própria definição do que é capitalismo for discutida detalhadamente. Como resultado, dado que a solução proposta por Keynes tem o potencial de modificar de modo fundamental o capitalismo, é razoável concluir que os próprios conceitos de modo de produção e de transição devem fazer parte das discussões futuras dos economistas fora da tradição marxista, principalmente devido à continuação da disputa política entre plano e mercado no século XXI.

Além disso, pode-se afirmar que pensadores de tradições distintas produzem resultados iguais. Neste caso específico, Marx elaborou em teoria o que o professor Delfim Netto está argumentando com base na observação da aplicação da teoria de Keynes. A impossibilidade do modo de produção capitalista descentrali-

---

16 O professor Delfim Netto reagiu a essa afirmação aconselhando cuidado ao tirar conclusões do que disseram “os gênios” Marx e Keynes. Para descobrir se o controle que Keynes advoga vai necessariamente em direção à construção de um modo de produção alternativo é preciso fazer uma abordagem com maior enfoque em história.

zado gerar uma reprodução contínua da economia é assim uma conclusão que independe da posição política do pesquisador, como havia ressaltado Schumpeter. Por isso, é possível admirar tanto Marx quanto Keynes mesmo que suas posições sociais não sejam as mesmas do leitor.<sup>17</sup> É nesse sentido que se pode compreender que o pensamento de Keynes culmina em ambiguidades devido à junção de elementos de correntes de pensamento tão opostas quanto a liberal e a socialista.

Portanto, a notoriedade de Keynes, confirmada pela “terceira via” e pela social-democracia do século XX, se deve ao fato de representar o pensamento econômico condizente com a transição do capitalismo de *laissez-faire* para um capitalismo controlado, cenário típico dos países ocidentais após o crash de 1929. A manutenção dos ideais burgueses de propriedade privada dentro de uma política da coordenação econômica social permite que Keynes seja considerado um liberal, ainda que as políticas econômicas derivadas de sua teoria contradigam frontalmente sua base filosófica. Esse conflito, essa ambiguidade, por sua vez, indica que a superação do problema da crise capitalista necessita da própria superação do capitalismo, e é por isso que, como Mattick ([1971] 1980) já havia antecipado, teoria e prática em Keynes se conciliam somente através de um cume contraditório, ou seja, pela combinação de modos de produção mutuamente excludentes.

## Referências

- BELLUZZO, Luiz G. Keynes e o fim do *laissez-faire*. *Carta Capital*, 17/11/2008.
- CARVALHO, Fernando Cardim de. *Mr. Keynes and the Post-Keynesians*. England: Edward Elgar Publishing Limited, 1992
- CLOWER, Robert W. 2004. Trashing J. B. Say: the story of a mare’s nest. In: Velupillai, K. V. (Org.). *Macroeconomic Theory and Economic Policy: essays in honour of Jean-Paul Fitoussi*. New York: Routledge, 2004.
- DILLARD, Dudley. The Pragmatic Basis of Keynes Political Economy. *Journal of Economic History*, vol 6, pp. 121-152, 1946.
- \_\_\_\_\_. The Influence of Keynesian Economics on Contemporary Thought, *The American Economic Review*, vol. 47(2), pp. 77-87, 1957.
- FERRARI FILHO, F. Os “Keynesianos” Neoclássicos e os Pós-Keynesianos. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, vol. 12, no. 2, pp. 340-348, 1991.

---

17 Esse é o sentido que dá Schumpeter (1946) à apreciação dos “gênios” dos quais o professor Delfim Netto fala.

- FIORI, José Luís. A senhora Thatcher e o Lord Keynes: fatos e mitos. *Valor Econômico*, 20/05/2009.
- FONSECA, Pedro C. D. Keynes: o liberalismo econômico como mito. *Economia e Sociedade*, Campinas, vol. 19, no. 3(40), pp. 425-447, 2010.
- FREEMAN, Alan. The Economists of Tomorrow: the Case for a Pluralist Subject Benchmark Statement for Economics. *International Review of Economic Education*, vol. 8, no. 2, pp. 23-40, 2009.
- HERSCOVICI, Alain. Historicidade, Entropia e Não-Linearidade: algumas aplicações possíveis na Ciência Econômica. *Revista de Economia Política*, vol. 25, no 3 (99), pp. 277-294, julho-setembro/2005.
- JEVONS, William S. *The Theory of Political Economy*. Baltimore: Penguin, [1871] 1970.
- KALECKI, Michael. *Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas: ensaios selecionados e traduzidos por Jorge Miglioli*. São Paulo, Hucitec, 1987.
- KATES, S. On the true meaning of Say's law. *Eastern Economic Journal*, vol. 28, no. 2, pp. 191-202, 1997.
- KENWAY, P. Marx, Keynes and the possibility of crisis. *Cambridge Journal of Economics*, vol. 4, pp. 23-36, 1980.
- KEYNES, J. M. *As Consequências Econômicas da Paz*. Editora Universidade de Brasília, São Paulo, [1919] 2002.
- \_\_\_\_\_. Am I a Liberal? In: Keynes, *Essays in Persuasion*, The Royal Economic Society, Cambridge, [1925] 1972.
- \_\_\_\_\_. The End of Laissez-Faire. In: Keynes, *Essays in Persuasion*, The Royal Economic Society, Cambridge, [1926] 1972.
- \_\_\_\_\_. Economic Possibilities for Our Grandchildren. In: Keynes, *Essays in Persuasion*, The Royal Economic Society, Cambridge, [1930] 1972.
- \_\_\_\_\_. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Atlas, [1936] 1992.
- \_\_\_\_\_. The General Theory of Employment, *The Quarterly Journal of Economics*, vol. 51, (February), 1937.
- KLEIN, L. R. The Life of John Maynard Keynes. *Journal of Political Economy*, vol. 59. pp. 443-51, 1951.
- KREGEL, J. A. Economic methodology in the face of uncertainty: the modeling methods of Keynes and the Post-Keynesians. *The Economic Journal*, vol. 86, June, 1976.
- LAMBERT, P. The Social Philosophy of John Maynard Keynes. *Annals of Public and Co-operative Economy*, vol. 34. pp. 483-515, 1963.
- LANGE, Oskar. Say's Law: a Restatement and Criticism. In: Lange, O.; McIntyre, F. e Yntema, T. O. (Orgs.) *Studies in Mathematical Economics and Econometrics*. Chicago University, Department of Economics, 1942.

- MARX, K. Zur Kritik der Politischen Ökonomie. In: *Marx Engels Werke*, MEW 13. Berlin, Franz Duncker, Berlin, Dietz Verlag, Berlin. Band 13, [1859] 1971.
- \_\_\_\_\_. *Theories of Surplus Value*. Moscow: Progress Publishers. Disponível em <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1863/theories-surplus-value/index.htm>, [1863]
- \_\_\_\_\_. *O Capital: Crítica da Economia Política. Livro I: O Processo de Produção do Capital*. São Paulo, Nova Cultural, [1867] 1985.
- MATTICK, Paul. *Marx and Keynes: the limits of mixed economy*. London, The Merlin Press, [1971] 1980.
- MAZZUCHELLI, F. *A Contradição em Processo*. Campinas, UNICAMP – IE, 1983.
- MENGER, Carl. *Principles of Economics*. New York: Free Press, [1871] 1950
- MINSKY, Hyman P. *Can "It" happen again?* New York, M.E. Sharpe, 1982.
- NETTO, Antônio. D. Keynes e Marx. *Folha de S. Paulo*, 29/04/2009.
- OREIRO, José L. Preferência pela liquidez e escolha de portfólio: Estabelecendo os micro fundamentos da não-neutralidade da moeda no longo prazo. *Análise Econômica*, vol. 17, no. 32, pp. 87-105, 1999.
- PLUMPTRE, A. F. W. "Keynes in Cambridge", *Canadian Journal of Economics*, vol. 13. pp. 366-71, 1947.
- POSSAS, Mário. Para uma releitura teórica da Teoria Geral. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 16(2), 1986.
- \_\_\_\_\_. *A Dinâmica da Economia Capitalista: uma abordagem teórica*. Editora brasiliense, 1987.
- SARDONI, Claudio. Marx and Keynes: the critique of Say's Law. In: Caravale, G. A. (Org.). *Marx and Modern Economic Analysis*, Edward Elgar, 1991.
- SAY, Jean.-Baptiste. *Tratado de Economia Política*. São Paulo, Abril, [1803] 1983.
- SCHUMPETER, Joseph. A. John Maynard Keynes 1883-1946. *American Economic Review*, vol. 36. pp. 495-518, 1946.
- \_\_\_\_\_. *Capitalism, Socialism and Democracy*. New York, Harper Touchbooks, 1942.
- SKIDELSKY, Robert. The Crisis of Capitalism: Keynes versus Marx. *The Indian Journal of Industrial Relations*, vol 45, no. 3, 321-335, 2010.
- TAPINOS, Georges Photios. Prefácio. In: Say, J.-B. *Tratado de Economia Política*. São Paulo: Abril, 1971.
- VERCELLI, Alessandro. *Methodological foundations of macroeconomics: Keynes and Lucas*. Cambridge, 1991.
- WALRAS, Léon. *Elements of Pure Economics*. Homewood: Irwin, [1874] 1954.